

ANÁLISE COMPARATIVA DA
ESTRUTURA SOCIOESPACIAL
DAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS: UM RECORTE
METODOLÓGICO

JUPIRA GOMES DE MENDONÇA

*Professora Associada da UFMG, Pesquisadora do CNPq e
do Observatório das Metrôpoles.*

E-mail: jupira@gmail.com

Tendo em vista os propósitos do livro em que se insere, este texto traz uma apresentação da metodologia utilizada pelo Observatório das Metrôpoles¹ para identificar, analisar e comparar a estrutura socioespacial das regiões metropolitanas brasileiras e suas transformações no tempo. Em particular, trata-se de apresentar a construção de uma tipologia socioespacial que permite observar as mudanças e permanências na organização e expansão do território metropolitano, constituindo uma base sobre a qual é possível associar dados e buscar hipóteses explicativas para a evolução apresentada, inclusive aquelas relativas às políticas públicas².

Alguns pressupostos são básicos no recorte metodológico estabelecido pela equipe do Observatório. Em primeiro lugar, reafirmamos com Bourdieu (1997) que o espaço urbano é o *espaço social fisicamente realizado ou objetivado*, um espaço diferenciado pela posição relativa dos agentes sociais e pela sua capacidade diferenciada de apropriação dos recursos nele constituídos. Assim, “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado” (BOURDIEU, 1997, p. 160). Em segundo lugar, a centralidade do *trabalho* na estruturação e no funcionamento da sociedade brasileira é a noção que orientou a construção da hierarquia social que serviu de base para o desenvolvimento da análise. Dessa maneira, buscou-se um método que permitisse a análise combinada do espaço social e de sua territorialidade, de maneira a identificar espaços com forte homogeneidade interna e heterogeneidade entre si, do ponto de vista da representação dos diferentes grupos sociais.

O texto explicita a metodologia e apresenta uma análise comparada de algumas metrôpoles brasileiras, com ênfase na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ilustrativa do trabalho que vem sendo desenvolvido no Observatório e que pode servir de referência para outras abordagens analíticas.

1. A PROBLEMÁTICA TEÓRICA E O MODELO METODOLÓGICO

A análise do espaço social como espaço de posições relativas, em que os princípios da divisão e da segregação são *naturalizados* no senso comum, é o ponto de partida para a compreensão da organização socioespacial. Em outras palavras, as estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais produzem uma hierar-

(1) Grupo brasileiro de pesquisa que funciona como um *instituto virtual*, reunindo hoje mais de 100 pesquisadores e mais de 50 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeituras) e não governamental, sob coordenação geral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(2) Para detalhes sobre a produção científica do Observatório das Metrôpoles, ver o sítio <www.observatoriodasmetrolopes.net>. Acesso em: 31 ago. 2015.

quização prática das diversas regiões do espaço construído. Essa hierarquização é, entretanto, *naturalizada*, como disse Bourdieu (1997), isto é, as oposições sociais objetivadas no espaço físico tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem. Desenvolve-se, assim, uma cidade segregada, em que a hierarquia social e a apropriação desigual dos recursos urbanos são reproduzidas em uma diferenciação social *naturalizada* nas estruturas mentais.

Grafmeyer (1994) propõe três abordagens da noção de segregação, em geral restritas à dimensão residencial, mas, segundo ele, conceitualmente distintas, que vão se colocar como aspectos complementares no estudo da estruturação urbana e metropolitana.

Em primeiro lugar, diz o autor, a noção de segregação faz referência a *diferenças de localização* de grupos definidos em função de critérios como posição social, origem, religião, etc. Comparando-se dois grupos, complementa, pode-se medir a amplitude de sua “dissimilaridade”, isto é, medir e comparar o grau de contraste ou similitude entre eles. Ao mesmo tempo, comparando-se o esquema de distribuição de um grupo particular em relação ao resto da população, pode-se medir o grau de concentração, ou de *segregação* desse grupo. Trata-se aqui de uma abordagem que, independentemente das possibilidades de medição quantitativa do grau de similitude entre grupos sociais e do grau de segregação de cada um deles, coloca uma questão de fundo: a posição relacional dos agentes no espaço social e sua tradução no espaço físico, construído. A segregação é, pois, uma categoria que expressa a hierarquia social no território.

Uma segunda forma de abordar a segregação coloca ênfase nas *chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos ofertados pela cidade*, e menos sobre o fato das distâncias sociais entre grupos. Segundo Grafmeyer (1994), na interpretação weberiana as categorias e os grupos sociais são situados sobre um *continuum* orientado segundo o nível dos recursos, o lugar ocupado na escala de prestígio e de honra social ou, ainda, segundo os graus de participação na vida pública. A análise marxista ressalta o jogo das relações sociais como princípio das desigualdades de condições e de posições³.

Em um caso como em outro, a localização residencial é considerada como a tradução material de lógicas coletivas que, para além da questão de proximidades e distâncias entre grupos, coloca aquela dos respectivos lugares na estrutura social ou nas relações de força que atravessam e modelam o mundo social (GRAFMEYER, 1994, p. 89, tradução nossa).

(3) Harvey (1989, p. 117) identifica três tipos de forças determinantes da diferenciação social: a) uma força primária, decorrente das relações entre capital e trabalho; b) uma variedade de forças secundárias, decorrentes do caráter contraditório e evolucionário do capitalismo – divisão do trabalho e especialização de funções, padrões de consumo e estilos de vida, relações de autoridade e barreiras às chances de mobilidade social; e c) forças residuais refletindo as relações sociais estabelecidas em modos de produção anteriores.

Neste caso, é a igualdade, mais que a assimilação, que é a base e o contraponto para a medição da segregação. Aqui, são levantadas novas questões, também relevantes para a análise. Se a segregação expressa a hierarquia social no território, ela é também continente e conteúdo das lutas pela apropriação dos bens e recursos distribuídos no espaço físico, enfim, pela apropriação do espaço construído⁴. É continente, na medida em que é resultado dessas lutas, sejam elas no plano individual ou coletivo. E também conteúdo, uma vez que é parte integrante dessas lutas: como disse Bourdieu (1997, p. 164), a capacidade de dominar o espaço depende do capital que se possui; ao mesmo tempo, “a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos, facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social”.

Não há, entretanto, homologia absoluta entre posição social e chances desiguais de apropriação dos recursos urbanos. Há mecanismos importantes em jogo, destacando-se o papel do Estado e o movimento do mercado imobiliário. A ação estatal, seja executando obras e definindo a distribuição de parte significativa dos recursos urbanos, seja regulando a relação entre os diversos agentes na ocupação e uso do solo, ou ainda regulando as relações sociais no sistema produtivo, interfere diretamente nas relações de força subjacentes às lutas pela apropriação do espaço construído. Também o mercado imobiliário é mecanismo relevante na relação entre hierarquia social e segregação residencial, seja através da criação de novos espaços construídos (antecipando renda), seja através da criação de espaços diferenciados, símbolos de poder e prestígio, ou ainda da alteração do uso do solo.

Na terceira abordagem proposta por Grafmeyer (1994), o tema da segregação aparece ligado às figuras de enclave, dos bolsões e do gueto, não se reduzindo, entretanto, aos “bolsões de pobreza”, podendo ser mobilizado para qualificar mais amplamente toda forma de concentração espacial associada estreitamente às populações desfavorecidas ao território circunscrito – em todo caso, a conotação negativa é manifesta, diz o autor. Ele lembra, no entanto que, para Park e para Wirth, o enclave étnico não é tido intrinsecamente como ruim, pelo equilíbrio que ele permite entre a tradição e a adaptação, entre a tolerância e o conflito – preservando os modelos culturais, as instituições e as formas de sociabilidade típicas da comunidade original, o enclave étnico limita os efeitos desorganizadores do “choque de culturas”, ao preço de uma segregação espacial que regula o jogo das proximidades e das distâncias com o grupo dominante. Trata-se, aí, da *integração progressiva* do imigrante na sociedade. Nas cidades do capitalismo periférico, essa abordagem se aplica fundamentalmente ao estudo dos processos migratórios, intensos nos anos 1970, em que as relações de parentesco e amizade são importantes no processo de integração ao novo meio urbano e ao mercado de trabalho. O sentimento de

(4) A segregação “não é tão somente uma diferenciação de lugares, mas uma capacidade de deslocamento e de acesso em relação aos pontos estratégicos da trama urbana” (CASTELLS, 1978, p. 216-217, tradução nossa).

identidade e de pertença a uma comunidade é, para o migrante, fator de segurança e constitui parte de sua estratégia de sobrevivência.

A abordagem pode se aplicar também, e aqui é o sentido que interessa ao trabalho, a processos mais contemporâneos de criação de enclaves de alta renda, como geração de espaços diferenciados. Configura-se uma autosegregação, como forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável, constituindo o que Bourdieu (1997) denominou “ganho de ocupação”.

As três abordagens propostas por Grafmeyer (1994) correspondem, em síntese, a três dimensões da estruturação das cidades contemporâneas: a segregação enquanto expressão da hierarquia social, enquanto expressão das lutas pela ocupação de posições na hierarquia socioespacial e enquanto expressão de reconhecimento simbólico coletivo, de identidade e de posição relativa, que exclui o outro.

Observar a concretude desses fenômenos no território das metrópoles brasileiras foi tarefa sobre a qual o Observatório das Metrópoles se debruçou nos últimos quinze anos. O trabalho iniciou-se com a construção de metodologia que permitisse verificar a composição social no território metropolitano, de modo a viabilizar a comparação no tempo (e a evolução da dinâmica urbana e metropolitana), bem como a comparação entre as distintas metrópoles brasileiras⁵.

As análises contemplaram uma visão ao mesmo tempo abrangente e desagregada das regiões metropolitanas – abrangente, na medida em que os objetivos requerem a identificação de processos que estão compreendidos em todo o espaço metropolitano, e desagregada tendo em vista a compreensão de processos específicos que podem contribuir para a explicação dos fenômenos mais gerais.

O ponto de partida foi a construção de uma hierarquia social que servisse de base para o desenvolvimento da análise, suportada na categoria *trabalho*. A compreensão acerca dessa categoria é ampliada para além da oposição entre propriedade do capital e propriedade da força de trabalho, entendendo-se que há distintas posições sociais, relacionadas ao grau de concentração do capital, posições de autonomia ou subordinação, de comando ou execução, etc. Em outras palavras, no interior da oposição clássica de classes sociais há outras oposições relevantes, que contam no posicionamento do indivíduo na estrutura social como um todo. Assim, por exemplo, a oposição trabalho manual x trabalho não manual define não apenas a posição na estrutura produtiva, mas na própria hierarquia social, em que as tarefas braçais situam-se em estratos reconhecidos socialmente como inferiores. Entre os trabalhadores não manuais há aqueles em posição de controle e outros em posições de execução de tarefas. Em cada uma das posições há um reconhecimento social, que localiza o indivíduo em uma hierarquia – os agentes sociais, como diz Bourdieu (1997), estão situados num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa e pela distância que o separa deles.

(5) Optou-se por trabalhar com o território das regiões metropolitanas instituídas legalmente.

Do ponto de vista empírico, a *ocupação* foi utilizada como variável principal para a análise do espaço social – o IBGE define como *ocupação* o emprego, cargo, função, profissão, etc. exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo Demográfico, no caso dos Censos anteriores a 2010, ou em uma determinada semana de referência, no caso do último recenseamento. A partir de dados do Censo Demográfico foi possível, então, construir uma *representação* da estrutura social, combinando a variável ocupação com outras variáveis, como posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda⁶.

Trata-se, por um lado, de localizar os indivíduos nas posições ocupacionais que formam a divisão social do trabalho vigente na economia metropolitana brasileira e, por outro, de identificar os agrupamentos que representam posições sociais ou classes de posições sociais com certa homogeneidade social, formando distintos “*milieux sociaux*”, socialmente “re-conhecidos”⁷. Dessa maneira, as ocupações foram agrupadas em vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais representativas do espaço social metropolitano⁸.

O segundo passo foi encontrar a representação territorial dessa estrutura social, para o que foi construída uma *tipologia socioespacial* para cada região metropolitana, utilizada como instrumento para descrever a estrutura metropolitana e sua evolução. A tipologia socioespacial expressa as relações entre *as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico*, através da representação da *densidade*⁹

(6) A classificação resultante é produto de um trabalho coletivo no âmbito do Observatório das Metrópoles, que utilizou como referência inicial o sistema de classificação das profissões na França, criado no início dos anos cinquenta e aperfeiçoado desde então pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE) – ver Ribeiro e Lago (2000).

(7) O método consiste em encontrar categorias sociais resultantes da combinação de atributos sociais desigualmente distribuídos (DESROSIÈRES; GOY; THÉVENOT, 1983).

(8) A construção das categorias foi adaptada, ao longo das décadas, para adequação a alterações nas definições do Censo. Atualmente são os seguintes os grupos: **Dirigentes** (Grandes Empregadores, Dirigentes do Setor Público, Dirigentes do Setor Privado); **Profissionais de Nível Superior** (Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior, Professores de Nível Superior); **Pequenos Empregadores; Ocupações Médias** (Ocupações Artísticas e Similares, Ocupações de Escritório, Ocupações de Supervisão, Ocupações Técnicas, Ocupações Médias da Saúde e Educação, Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios); **Trabalhadores do Terciário** (Trabalhadores do Comércio, Prestadores de Serviços Especializados); **Trabalhadores da Indústria** (Trabalhadores da Indústria Moderna, Trabalhadores da Indústria Tradicional, Operários dos Serviços Auxiliares, Operários da Construção Civil); **Trabalhadores do Terciário não especializado** (Prestadores de Serviços Não Especializados, Trabalhadores Domésticos, Ambulantes e biscateiros); **Trabalhadores na Agricultura**.

(9) A densidade é a relação entre a participação de determinada categoria sócio-ocupacional no conjunto da população ocupada em determinado tipo socioespacial e a sua participação média no conjunto da população ocupada da região metropolitana – uma densidade equivalente a 1,0 significa participação da categoria em determinado tipo socioespacial igual à participação desta categoria no conjunto da região metropolitana. Densidades maiores do que 1,0 significam concentração das respectivas categorias sócio-ocupacionais. Densidades menores do que 1,0 significam, ao contrário, sub-representação das respectivas categorias sócio-ocupacionais.

das diversas categorias e de sua combinação no espaço metropolitano.

O recurso utilizado foi o emprego das técnicas de análise fatorial por correspondência binária e de classificação hierárquica ascendente, através das quais é possível identificar os índices de “variância” das categorias sócio-ocupacionais, ou seja, a regularidade da representação das categorias no espaço de determinada região metropolitana¹⁰. Esse procedimento permite a construção de um mapa, no qual as proximidades e distâncias entre as categorias sócio-ocupacionais no espaço metropolitano revelam estruturas de propriedades similares ou diferentes. Em outras palavras, o método permite encontrar unidades espaciais homogêneas entre si, em relação à composição das diversas categorias sócio-ocupacionais residentes no seu território, e heterogêneas em relação às demais, pelos mesmos critérios.

A análise da organização socioespacial é feita, então, a partir de fotografias, representadas pelas tipologias socioespaciais presentes em cada década, cuja comparação possibilita analisar sua evolução e associação a outras dinâmicas (tais como mobilidade residencial, dinâmica imobiliária, etc.), que permitem explicar as mudanças e permanências. Igualmente, a utilização dos dados dos Censos Demográficos, coletados em todo o país, permite comparação entre as dinâmicas de mudança socioespacial das diversas regiões metropolitanas.

2. O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, hoje constituída por 34 municípios, totalizando cerca de cinco milhões de habitantes, tem uma história marcada pela forte intervenção do Estado na sua configuração econômica e territorial.

Do ponto de vista sócio-ocupacional, a economia metropolitana, ainda hoje suportada pela atividade mínero-metal-mecânica, mantém um padrão gerador de uma estrutura ainda marcada pela população operária e por segmentos pouco especializados. Embora a participação do conjunto dos trabalhadores manuais no total da população ocupada venha diminuindo (de 64% em 1980 para 59% em 2010), ela ainda significa quase dois terços do total¹¹. Ressalta-se que a hierarquia social nesta

(10) A origem da construção desse método remonta à metodologia desenvolvida por Chenu e Tabard (1993) no início dos anos 1990 para o território francês e, posteriormente, trabalhada por Preteceille em Paris e Luiz César Ribeiro para o Rio de Janeiro – ver, entre outros textos destes autores, Preteceille e Ribeiro (1999).

(11) Teixeira (1986, p. 135) propõe uma distinção entre aqueles classicamente componentes do secundário e um semioperariado do serviço, que ele considera em situação contraditória de classe, um quase pertencimento às classes médias e quase pertencimento ao subproletariado.

região metropolitana, comparativamente a outras regiões metropolitanas e à média nacional, tem sido suportada por uma estrutura mais formal do mercado de trabalho.

Nas duas últimas décadas, chama a atenção o expressivo aumento da participação dos profissionais de nível superior no total da população ocupada, de forma bastante distribuída no território. De modo geral, mantém-se uma estrutura social complexa, que mostra, ao mesmo tempo, a importância relativa da indústria na estrutura produtiva da região, ainda que decrescente, um terciário relevante e um conjunto de segmentos que compõem as classes médias com participação também significativa (e crescente) na estrutura social.

Do ponto de vista da composição social no território metropolitano, em 2010 foram encontrados oito tipos de espaços, com composição social semelhante internamente e diferenciada das demais¹². Esses tipos podem ser sintetizados da seguinte maneira (ver também a Figura 1):

- a. **Grupo “Superior”** (Tipos *Superior* e *Superior-Médio*) – distingue-se pela concentração de categorias sócio-ocupacionais dirigentes e de profissionais de nível superior, constituindo, claramente, um espaço das categorias dirigentes: 65% das categorias que compõem o grupo dirigente estão aí concentradas (no caso dos profissionais de nível superior, esse percentual é de 54%). Por outro lado, os setores operários e populares estão praticamente ausentes desses espaços, não chegando a 10% do total do conjunto desses setores na região metropolitana. Neste grupo estavam 20% da população ocupada da RMBH em 2010.
- a. **Grupo “Médio”** (Tipos *Médio* e *Médio-Superior-Operário*) – agrupando cerca de 15% da população ocupada da RMBH, caracteriza-se principalmente por uma representação dos pequenos empregadores e dos trabalhadores em ocupações médias acima da média metropolitana ou próximos dela e, em geral, pela sub-representação das categorias operárias e populares (abaixo da média metropolitana), à exceção dos trabalhadores do terciário especializado. O tipo *Médio-Superior-Operário* é caracterizado por concentração significativa de grandes empregadores (20% acima da média metropolitana desta categoria), bem como de profissionais de nível superior, além da concentração de trabalhadores de ocupações médias e também de trabalhadores industriais. São classificadas neste tipo as áreas centrais do eixo industrial (Eldorado, em Contagem, e o centro de Betim).
- a. **Grupo “Operário”** (Tipos *Operário* e *Operário-Popular-Agrícola*) – 40% da população ocupada da RMBH está neste grupo, que tem como carac-

(12) Para uma análise mais detalhada sobre a estrutura socioespacial da RMBH e suas mudanças, ver Mendonça e Marinho (2015).

A estruturação socioespacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte continua marcada pela historicamente forte presença do Estado, com investimentos (principalmente em infraestrutura logística) orientados para o crescimento econômico. Assim, o chamado *eixo industrial* (Contagem, Betim e as áreas vizinhas que têm recebido a expansão industrial), situado no vetor oeste de expansão metropolitana, gerado a partir de decisões do governo estadual nos anos 1940, ainda concentra a produção industrial da região, congregando, juntamente com o município-polo, a quase totalidade do PIB metropolitano. Anuncia-se, no entanto, um novo eixo econômico, a partir dos grandes investimentos, inicialmente estatais, mas agora também privados, no vetor norte de expansão metropolitana. Tratam-se, agora, de investimentos orientados para a nova economia, guiada por tecnologia avançada, com objetivos de colocar a RMBH de forma mais competitiva no cenário econômico nacional. Como resultado, grandes empreendimentos imobiliários começam a ser implantados na região, configurando uma nova estrutura socioespacial no futuro próximo, com implantação de enclaves residenciais de alta e média renda.

Uma permanência se destaca: a constante diferenciação socioespacial, em que pese uma sociedade mais complexa e mais mesclada. Os grupos superiores na hierarquia social continuam concentrados nos espaços centrais do município-polo e sua extensão ao sul, pelo município de Nova Lima. Ao oeste, nos espaços industriais, mantém-se também a constante transformação na direção de uma composição social superior nas suas áreas mais centrais – centro do Barreiro, em Belo Horizonte, região do Eldorado e sua expansão até o centro de Contagem e o centro de Betim. A novidade, em 2010, nesses espaços, é a significativa presença de categorias dirigentes e de profissionais empregados de nível superior, bem como a relativa diminuição de grupos populares.

A permanente urbanização dos espaços periféricos vai sendo configurada com uma composição social predominantemente popular. Anuncia-se, entretanto, ao norte, a fragmentação socioespacial do território, com a formação de enclaves residenciais de alta renda e áreas industriais de alta tecnologia, caracterizadas por mão de obra especializada e padrão de consumo mais alto. Tudo indica que, mais uma vez, mudanças iniciadas pela ação estatal vão gerar novas transformações na estrutura socioespacial da metrópole.

3. COMPARANDO REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS – NOTAS PRELIMINARES

A desigualdade, intrínseca ao capitalismo, manifesta-se territorialmente

de forma específica nos países periféricos e expressa-se de forma associada a processos históricos e locais. Nesses países, a entrada na industrialização capitalista ocorreu, como nos mostra Oliveira (1987), a partir de uma precária acumulação prévia, o que demandou a formação do setor informal e produziu uma urbanização incompleta, precária e desigual.

No Brasil (e, de resto, na América Latina), a urbanização tomou a forma da configuração centro-periférica, marcada pela dualidade da distância física entre ricos e pobres – de um lado, a expansão horizontal através dos loteamentos populares e, de outro, a expansão, pela forma empresarial, de produção de moradias e a concentração de serviços em áreas centrais (LAGO, 2000). Nas décadas recentes, essa configuração vem apresentando mudanças:

A oposição centro-periferia continua a configurar as grandes cidades latino-americanas. Todavia, o significado desta oposição se modificou e não explica mais o crescimento da cidade. É inegável que outras forças globais – a reestruturação produtiva, a internacionalização e a financeirização – associadas à produção de artefatos arquitetônicos e urbanos novos – produtos imobiliários [...] – começam a conformar espaços emergentes onde uma distribuição diferente dos grupos e das atividades sociais configuram um novo espaço metropolitano (PEREIRA, 2004, p. 21).

De fato, mudanças se anunciam, embora ainda seja difícil caracterizá-las, dada a inércia que a estrutura física contrapõe às mudanças econômicas e sociais. Comparando quatro regiões metropolitanas brasileiras – Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Salvador –, de tamanho e expressão econômica parecidos, embora com especificidades decorrentes de diferentes trajetórias históricas, percebe-se como os novos processos ainda não provocaram ruptura na estrutura urbana e metropolitana, mas já apontam tendências¹³.

RM CURITIBA¹⁴

A Região Metropolitana de Curitiba, com 29 municípios e uma população total de 3.223.836 habitantes em 2010, concentrava, em 2011, 43,3% do valor adicionado fiscal (VAF) total do Estado do Paraná e mais de 50% do VAF da indústria, tendo se favorecido, conforme Moura e Firkowski (2014, p. 30), “da desconcentração da indústria do Sul e Sudeste e consolidado sua industrialização exata-

(13) Esta comparação foi favorecida pela publicação da Coleção Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática, composta por quatorze volumes, apresentando, para cada uma das regiões metropolitanas que compõem a rede de pesquisas Observatório das Metrôpoles, os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela rede nas últimas décadas.

(14) A análise aqui apresentada é oriunda, principalmente, do capítulo *Introdução: transformações na ordem urbana da RMC*, de Rosa Moura e Olga Firkowski, do livro *Curitiba: transformações na ordem urbana* (FIRKOWSKI; MOURA, 2014).

mente no período em que modelo de substituição de importações entrava em crise no país” – o polo automotivo localizado na RM tornou-se um dos componentes de sustentação da economia paranaense.

Do ponto de vista da estrutura socioespacial, a localização espacial das áreas do tipo *superior* manteve-se, na última década, na região central de Curitiba, com expansão das áreas do tipo *médio* para bairros periféricos – ver Figura 2.

[...] A categoria “popular operário” apresenta o maior contingente de ocupados, porém com perda do peso relativo na conformação da estrutura sócio-ocupacional. Tal categoria se expande para municípios da ACP [“área de concentração de população” – denominação do IBGE], no entorno a Curitiba, num claro processo de exclusão territorial, sinalizando que essas áreas abrigam trabalhadores do polo que realizam diariamente deslocamento de ida e volta trabalho/residência (MOURA; FIRKOWSKI, 2014, p. 32).

O trabalho organizado por Firkowski e Moura (2014) mostra a manutenção da concentração dos dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores no polo metropolitano, com expansão para outros municípios, particularmente aqueles com alto e muito alto nível de integração à dinâmica da metropolização¹⁵. O estudo observa, ainda, que 1/3 das ocupações médias passou a residir fora do polo, assim como os dirigentes do setor público (de 25% para 34% residindo fora de Curitiba) e os professores de nível universitário (de 17% para 28%).

[...] Prossegue a periferização dos trabalhadores da indústria e do terciário não especializado [...] maior segregação residencial em Curitiba, bem como [...] crescente diversificação social em alguns dos municípios no entorno do polo (FIRKOWSKI; MOURA, 2014, p. 33).

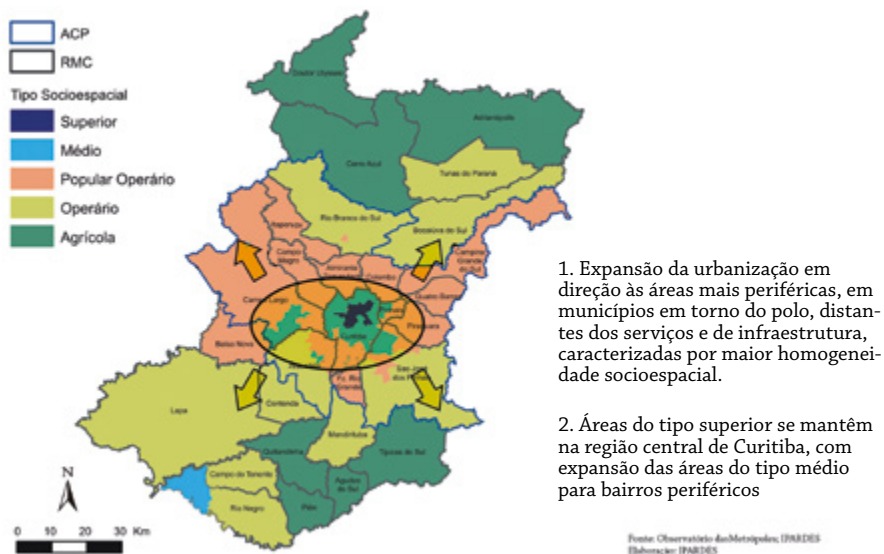
Em síntese, a desigualdade permanece de forma contundente na Região Metropolitana de Curitiba, “refletindo o modelo de ocupação adotado, que induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em áreas com baixas condições de bem-estar urbano” (MOURA; FIRKOWSKI, 2014, p. 36) – a intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia indica que há maior dificuldade de acesso à terra urbanizada formal por parte dos grupos sociais de baixa renda. Novos subcentros metropolitanos, no entanto, embora ainda incipientes, “tendem a transformar a estrutura espacial de mono para polinucleada” (MOURA; FIRKOWSKI, 2014, p. 44).

A região [MC] ora se aproxima, ora se distancia dos elementos que dão corpo aos conceitos e características atribuídos às metrópoles contemporâneas, levando a se considerar a existência de estágios diferenciados na metropolização do Brasil (a serem confirmados com

(15) Para a classificação dos municípios da RM Curitiba segundo o grau de integração à dinâmica de metropolização, ver o capítulo 1 do livro *Curitiba: transformações na ordem urbana* (FIRKOWSKI; MOURA, 2014).

os futuros estudos comparativos entre RMs) e a organização de uma rede de metrópoles (em seus diferentes estágios) e todas as demais categorias da escala da rede urbana, conduzida por uma grande megalópole (configurada por São Paulo, Rio de Janeiro e adjacências), com características da metrópole contemporânea (MOURA; FIRKOWSKI, 2014, p. 43-44).

Figura 2 – Estrutura socioespacial da RM Curitiba – 2010



1. Expansão da urbanização em direção às áreas mais periféricas, em municípios em torno do polo, distantes dos serviços e de infraestrutura, caracterizadas por maior homogeneidade socioespacial.
2. Áreas do tipo superior se mantêm na região central de Curitiba, com expansão das áreas do tipo médio para bairros periféricos

Fonte: Elaboração própria a partir de Deschamps (2014, p. 192).

RM PORTO ALEGRE¹⁶

Desde sua criação, a RMPA se caracteriza por particularidades na sua estrutura espacial que estão relacionadas, dentre outros fatores, a um “cenário caracterizado, do ponto de vista geográfico, por uma distribuição assimétrica da atividade fabril e que se encontra imerso em um ‘permanente’ processo de rearranjo espacial [...], e que apresentam algumas especificidades no mesmo contexto metropolitano” (ALONSO, 2001)¹⁷. Este cenário resulta em um elevado grau de heterogeneidade entre os municípios, tanto em termos populacionais, como sociais e econômicos (FEDOZZI; SOARES; MAMMARELLA, 2015, p. 34).

(16) É reproduzida aqui, de forma muito resumida, a análise presente no capítulo *Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010*, de Rosetta Mammarella, Mariana Lisboa Pessoa, Gisele da Silva Ferreira e Iván G. Peyré Tartaruga, em Fedozzi e Soares (2015).

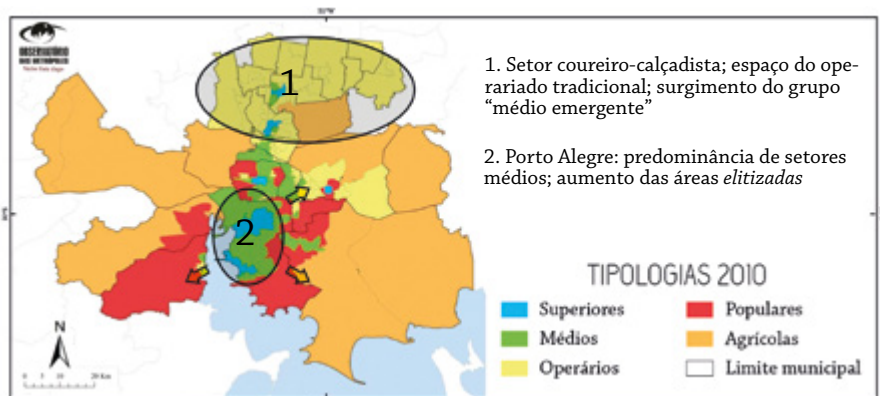
(17) ALONSO, J. A. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.

A Região Metropolitana de Porto Alegre hoje conta com cerca de quatro milhões de habitantes, em 31 municípios. A sua formação constituiu uma estrutura socioespacial dual – a porção norte da RM é o espaço do proletariado secundário, *agora vinculado à indústria moderna*, enquanto Porto Alegre concentra os grupos superiores na hierarquia social, além das ocupações médias associadas ao terciário.

O município de Porto Alegre consolidou-se como o lugar privilegiado da moradia das elites, “ostentando em 2010 um perfil relativamente elitizado, comparativamente aos anos anteriores: ao mesmo tempo em que não tem espaços operários, segregou os espaços populares para a periferia” (MAMMARELLA et al., 2015, p. 180). Nos espaços periféricos, entretanto, quanto mais próximo dos centros urbanos, maior a tendência de convivência socialmente heterogênea. O perfil sócio-ocupacional da região mantém-se essencialmente operário e médio, mas em outros patamares em relação aos biênios anteriores. Desta vez, inverte-se a ordem de grandeza dessas duas categorias: em 2010, o percentual de operários é um pouco inferior ao das categorias médias – aumenta o peso do terciário não especializado (14%) e dos profissionais de nível superior (MAMMARELLA et al., 2015, p. 151-152).

Com o constante e sistemático processo de valorização do solo urbano, observa-se, nas últimas décadas, a ocupação de novos territórios urbanos indutores de novas fronteiras, “seja de forma ‘irregular’ por parte das populações carentes de acesso à moradia, seja por autosegregação das camadas altas e médias que se refugiam em condomínios fechados” (MAMMARELLA et al., 2015, p. 162-163). O estudo mostrou ainda o surgimento de um grupo denominado “*médio emergente*”, com densidade relativamente alta dos dirigentes “aliada a uma presença relevante dos trabalhadores do setor secundário, particularmente dos operários da indústria tradicional” (MAMMARELLA et al., 2015, p. 169), em processo semelhante àquele do eixo industrial da RMBH.

Figura 3 – Estrutura socioespacial da RM Porto Alegre – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Mammarella et al. (2015, p. 173).

RM SALVADOR¹⁸

A Região Metropolitana de Salvador, composta por 13 municípios e com uma população de 3.573.973 habitantes em 2010, representava, naquele mesmo ano, um quarto da população estadual, sendo que o polo concentrava 75% da população metropolitana. A macrocefalia de Salvador e de sua região metropolitana com relação ao Estado da Bahia é, no entanto, bem mais acentuada no contexto econômico do que demográfico: a RM concentra 50% do PIB estadual (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 37).

Nos anos 2000, a economia da RMS apresentou certo dinamismo, “consolidando sua função de centro comercial e de serviços e polo econômico e turístico baiano, ampliando suas conexões com a economia nacional e internacional” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 248).

[...] Registrou-se um relevante incremento dos serviços públicos, de alguns serviços de produção, do turismo e, especialmente, dos serviços pessoais [...] A RMS continuou inserida na matriz industrial brasileira basicamente com uma produção especializada nos setores químico, petroquímico e metalúrgico (p. 248) – suas atividades de transformação foram ampliadas e diversificadas com a atração de novos investimentos, com destaque para o complexo automobilístico da Ford Nordeste, implantado em 2001 (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 250).

A economia da RM, no entanto, persistiu ancorada na produção terciária, com mais de um terço de sua população ocupada vinculada à prestação de outros serviços em 2010. O estudo de Carvalho e Pereira (2014) mostra certa continuidade quanto à estrutura social, que não se repete no que tange a estrutura urbana. Entre as mudanças socioespaciais, destacam-se:

[...] uma expansão para as bordas e para o periurbano, assim como o esvaziamento, a decadência ou a gentrificação de antigas áreas centrais; a edificação de equipamentos de grande impacto na estruturação do espaço urbano; e a difusão de novos padrões habitacionais e inversões imobiliárias destinadas aos grupos de alta e média renda, com a proliferação de condomínios verticais ou horizontais fechados, que ampliam a autoss segregação dos ricos, a fragmentação e as desigualdades urbanas, assim como revelam uma afirmação crescente da lógica do capital na produção e reprodução das cidades (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 251).

Assim como na RMBH, a valorização fundiária induzida por ações do Estado, sob a forma de grandes obras viárias e projetos de transporte público, tem provocado uma dispersão urbana periférica baseada na construção de assenta-

(18) São apresentados aqui alguns aspectos dos textos de Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira, em Carvalho e Pereira (2014).

mentos residenciais homogêneos em áreas precárias ou mesmo não urbanizadas, observando-se “uma permanência básica da estrutura urbana e do macro padrão de segregação conformado ao longo das décadas anteriores” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 252). Os grandes empregadores, os dirigentes do setor público e do setor privado e os de nível superior concentram-se, fundamentalmente, no polo e no município vizinho de Lauro de Freitas, conformando uma ocupação litorânea conurbada caracterizada como de tipo *médio-superior*¹⁹, com presença de “enclaves de baixa renda” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 118) – ver Figura 4. Os setores médios também ocupam essas áreas, assim como o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade.

Se a estrutura social da RMS vem sendo marcada principalmente pela persistência, deixando claro que não existem tendências inexoráveis no que diz respeito às transformações metropolitanas e reafirmando as características e especificidades locais, o mesmo não pode ser dito no que tange à sua conformação territorial e à sua estrutura urbana [...] ao longo dos últimos anos, tanto a capital baiana como alguns outros municípios da RMS vem experimentando certas mudanças e tendências (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 124).

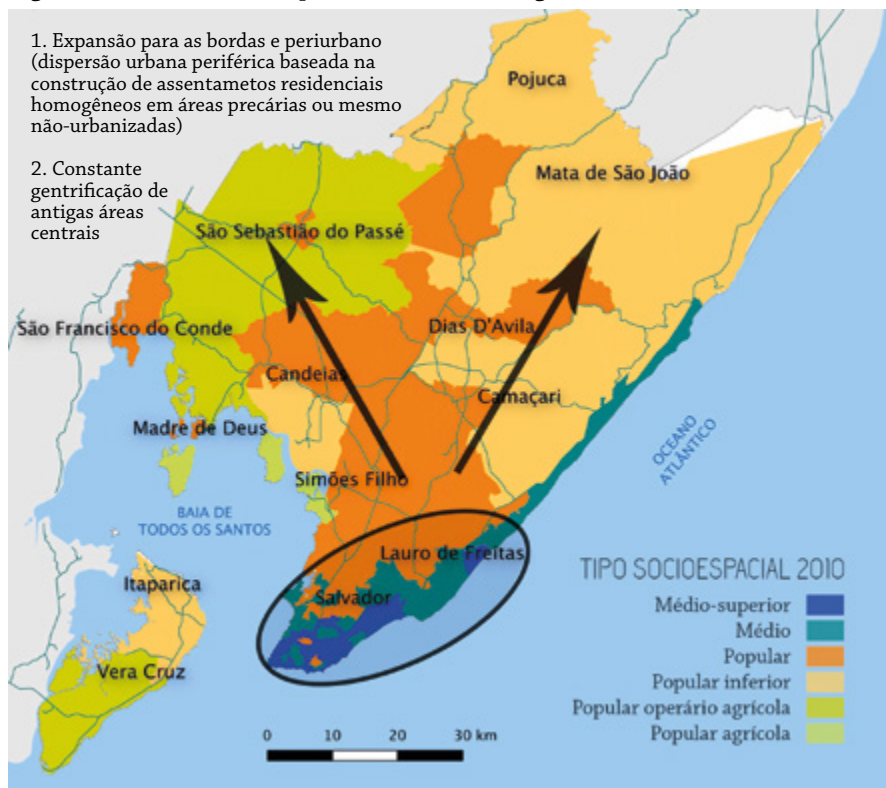
Destacam-se, nesse sentido: expansão para as bordas, gentrificação de áreas centrais e intervenções estatais de grande impacto na estruturação do espaço urbano.

Nota-se, em especial, o aumento dos enclaves estratificados por renda, com a presença dos condomínios verticais e horizontais, “ocupando áreas da metrópole em localizações nem sempre centrais, mas ainda assim impermeáveis à circulação de não moradores” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 133) – a segregação agora não se expressa somente através do padrão centro-periferia, mas, “cada vez mais, toma a forma de enclaves em áreas não centrais ou periféricas”:

Esses enclaves podem ser de alta renda, como os condomínios fechados, que têm escalas agora maiores, ou de baixa renda, como as invasões ou loteamentos populares, ou de média renda, como os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, todos eles empurrando a metrópole para uma periferia segmentada e desigual (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 138).

(19) A equipe da RM Salvador não identificou nenhuma área classificada como *superior* naquela RM, mas o tipo *médio-superior* é aquele que concentra os grupos dirigentes e profissionais de nível superior, mesclados com grupos médios.

Figura 4 – Estrutura socioespacial da RM Porto Alegre – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Carvalho e Pereira (2014, p. 133).

Ainda que de forma incipiente, as análises aqui trazidas permitem algumas observações comparativas acerca da estrutura socioespacial das regiões metropolitanas brasileiras de terceiro nível²⁰. Destacam-se como novidades:

- a formação de subcentros metropolitanos, apontando para estruturas polinucleadas, onde se observa maior mescla social;
- uma composição social mais mesclada nos espaços pericentrais, em áreas antes caracterizadas por população operária, surgindo um tipo de espaço que os pesquisadores da RM Porto Alegre denominaram médio-emergente, e que na RM Belo Horizonte foi chamado de *médio-superior-operário*;

(20) A RM São Paulo situa-se no primeiro nível, e a do Rio de Janeiro no segundo nível. Para a classificação das regiões metropolitanas brasileiras, ver o trabalho *Análise das regiões metropolitanas no Brasil – relatório da atividade 1 – identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

- c. a difusão de novos padrões habitacionais e inversões imobiliárias destinadas aos grupos de alta e média renda, com a proliferação de condomínios verticais ou horizontais fechados, ampliando a segmentação social, com manutenção, ou mesmo o aumento, “das barreiras materiais ou simbólicas que bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008, p. 67);
- d. novos produtos imobiliários, muitas vezes estimulados por empreendimentos estatais prévios, como na RM Salvador e na RM Belo Horizonte, promovem a conformação daquilo que Pereira (2004) denominou “espaços emergentes, onde uma distribuição diferente dos grupos e das atividades sociais configuram um novo espaço metropolitano”;
- e. maior segmentação, com enclaves residenciais em áreas periféricas, de distintas faixas de renda, aproximando fisicamente o que socialmente permanece distante.

Como permanência, destaca-se a crescente diferenciação socioespacial, em que pese uma sociedade mais complexa e mais mesclada. Os grupos superiores na hierarquia social continuam concentrados nos espaços centrais dos municípios-polo e suas extensões, e grande parte dos grupos populares vai sendo empurrada para as periferias mais distantes. Mantém-se, no nível macro, a estrutura centro-periférica, ainda que os espaços periféricos agora ganhem nova dimensão, em uma estrutura polinucleada, e apresentem-se como espaços da segmentação social, dos enclaves fisicamente próximos e socialmente distantes.

As notas aqui apresentadas ainda requerem maior desenvolvimento, e a análise comparativa ainda precisa ser aprofundada. De todo modo, além de ilustrar o potencial da metodologia trabalhada no Observatório das Metrópoles, a análise evidencia a tarefa urgente de criar uma agenda de pesquisas e de debates que permita avançar na compreensão das novas e velhas periferias. É necessário avançar no entendimento e na explicação de uma ordem espacial que, embora marcada por continuidades, apresenta-se distinta da anterior.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 159-166.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Salvador**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 5ª ed. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1978.

CHENU, Alain; TABARD, Nicole. Les transformations socioprofessionnelles du territoire français: 1982-1990. **Population**, n. 6, p. 1735-1770, 1993.

DESCHAMPS, Marley Vanice. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. **Curitiba**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 165-198.

DESROSIÈRES, Alain; GOY, Alain; THÉVENOT, Laurent. L'identité sociale dans le travail statique: la nouvelle nomenclature des profession et catégories sioprofessionnelles. **Société**, p. 55-81, 1983.

FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Porto Alegre**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015.

FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; MAMMARELLA, Rosetta. Dinâmica da metropolização brasileira: investigação da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1980-2010. In: FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Porto Alegre**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 17-41.

FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. **Curitiba**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014.

GRAFMEYER, Yves. Regards sociologique sur la ségrégation. In: BRUN, J.; RHEIN, C., **La ségrégation dans la ville**: concepts et mesures. Paris: Editions L'Harmattan, 1994. p.85-114.

HARVEY, David. **The urban experience**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1989.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole**: Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

MAMMARELLA, Rosetta; PESSOA, Mariana Lisboa; FERREIRA, Gisele da Silva; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010. In: FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Porto Alegre**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 133-184.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; MARINHO, Marco Antônio Couto. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/PUC-Minas, 2015. p. 145-177.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil** – relatório da atividade 1 – identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/IPPUR/FASE/IPARDES, 2005. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_chronocontact&chronoformname=receberarquivo&arquivo=produto_mc_1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Território, coesão social e governança democrática**: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Coordenação Geral: RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. Vice-Coordenação: PASTERNAK, Suzana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2008. Proposta de Trabalho 2009-2013. (Projeto Edital CNPq/INCT).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

PEREIRA, Paulo César Xavier. Reestruturação e expansão metropolitana: a reestruturação imobiliária e a emergência de um novo modelo de metrópole na América Latina. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 8, 2004, Rio de Janeiro. **Textos completos**. Rio de Janeiro, 25 a 28 de maio de 2004.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **EURE**, Santiago, v. 25, n. 76, p. 79-102, 1999.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz; LAGO, Luciana Corrêa do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 111-129, 2000.

TEIXEIRA, João Gabriel. **As classes sociais no espaço urbano de Belo Horizonte**. 1986. 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.